

SAYAD DEMITE CENTENAS E DESMANTELA TV CULTURA, QUE VIVE SUA MAIOR CRISE

Katia Abreu e Tadeu Breda
Jornalistas

Daniel Garcia



Sob comando do ex-ministro João Sayad, aquela que já foi a maior referência do país em rádio e televisão pública recebe do Estado orçamentos cada vez menores, extingue programas históricos, mingua a olhos vistos. O agudo despreparo do presidente da Fundação Padre Anchieta serve sob medida ao propósito de desconstruir a TV Cultura, o que inclui celebrar “parcerias” com grupos privados de mídia. O quadro dramático envolve ainda um conselho omissos e ingerência política nos programas jornalísticos. Agora, funcionários, ex-funcionários e movimentos sociais mobilizam-se em defesa da emissora (no destaque, cartaz de convocação para ato público em 3/4)

Quase 2 mil funcionários compunham os quadros da TV Cultura no início da gestão de João Sayad na Fundação Padre Anchieta (FPA), em janeiro de 2010. Hoje, pouco mais de metade continua na folha de pagamento. A reforma administrativa impingida por Sayad desde junho de 2010 demitiu centenas de profissionais da FPA e extinguiu contratos com as TVs Assembleia e Justiça. Ex-ministro do Planejamento (governo Sarney) e ex-secretário estadual da Cultura, ao assumir a presidência da FPA Sayad deixou claro que sua missão era sanear as contas e reduzir a estrutura da emissora, o que implica rebaixar a produção própria a apenas 30% da programação. No início de 2012, foi celebrado um contrato de “parceria” com a Editora Abril e a *Folha de S. Paulo*, que passariam a produzir programas (a primeira terminaria desistindo); logo em seguida ocorreram novos cortes de jornalistas e de outros funcionários.

Munido de vocação reformadora, após realizar alguns ajustes de gestão na Secretaria da Cultura Sayad teria almejado assumir a presidência da FPA para fazer o mesmo com a emissora. “A TV Cultura não tinha foco, estava envelhecendo e tinha uma administração negligente”, avalia. “Quero trabalhar para que a tevê recupere o mesmo sucesso que teve no passado”.

As glórias do passado, entretanto, estavam atreladas a repasses do governo estadual mais generosos do que os atuais. Eugênio Bucci, ex-presidente da extinta Radiobrás e ex-conselheiro da FPA, levantou

dados esclarecedores a respeito do financiamento da fundação pública: “Ano após ano, vai escasseando o investimento público na FPA. Em 2003, ele representava 81,53% da receita da fundação. Agora, está na casa dos 50%. Em valores absolutos, o declínio é dramático: a previsão de R\$ 84 milhões de verba estatal para 2011 fica 35% abaixo da verba de 2010” (*O Estado de S. Paulo*, 11/8/2011). Em 2012, a dotação anual do Estado deve ficar em torno de R\$ 70 milhões, em um orçamento da ordem de R\$ 150 milhões.

As declarações de Sayad no início de sua gestão, que incluíram a ameaça de vender o prédio que sedia a FPA, evidenciaram que o economista desconhece a linguagem e a história da instituição. Numa de suas primeiras conversas com os funcionários, relatada no site Salve a Rádio e TV Cultura, ele criticou programas como o *Autor por Autor* (“Quem quer saber se o João Ubaldo é baiano? Importantes são os livros dele”) e o clássico *Ensaio* (que, segundo ele, tem “planos ultrapassados”, de “40 anos atrás”). Na reunião, um funcionário comentou que, enquanto Sayad se amparava em planilhas e números, o que movia os trabalhadores era o sonho de fazer uma TV pública de qualidade: “Talvez o senhor tenha como referência uma calculadora. Já a nossa referência é esse homem aqui”, disse apontando para o veterano Fernando Faro, aclamado diretor de *Ensaio*. Sayad, então, perguntou quem era a pessoa em questão...

A nomeação para a presidência da FPA de alguém totalmente alheio ao meio é sintoma de um projeto político de desmantelamento. “A li-

nha de toda essa reestruturação é esvaziar a emissora até que se torne uma mera retransmissora de conteúdo”, comenta a jornalista Bia Barbosa, da Frente Paulista pelo Direito à Liberdade de Expressão e Comunicação. O caso da TV Cultura, acrescenta, é reflexo da lógica do PSDB, que governa o Estado há quase duas décadas: “Sucateia o serviço para justificar a privatização”.

Houve forte reação negativa ao anúncio de extinção do programa Manos e Minas, dedicado ao hip hop e à cultura da periferia. A mobilização da sociedade e de deputados obrigou Sayad a recuar. O revés pode ter freado planos semelhantes

A jornalista, que integra o Coletivo Intervezes, grupo que reúne ativistas e pesquisadores da comunicação, ressalta o fato de que no Brasil a sociedade não percebe a necessidade de uma TV pública de qualidade. Ao contrário de muitos países europeus, que desenvolveram seus sistemas de TV e rádio a partir de modelos públicos e estatais, por aqui essa criação se deu subordinada a grupos comerciais. “Não temos um sistema público de comunicação forte e a própria população não dá valor a isso. Na Inglaterra, a BBC é bancada com uma taxa cobrada de

todos os cidadãos. Aqui não é entendida a relevância disso. A população não se sente representada”, declara.

Nem sempre Sayad saiu-se vitorioso no projeto de desconstrução da grade da TV Cultura. Houve forte reação negativa ao anúncio de extinção do programa *Manos e Minas*, dedicado ao hip hop e à cultura da periferia. Após noticiar o fim do programa, Sayad foi obrigado a recuar. Sérgio Ipoldo, diretor do Sindicato dos Radialistas e funcionário da TV Cultura há 25 anos, acredita que esse revés freou outras intenções supressivas da direção da FPA: “Quando anunciaram a retirada do *Manos e Minas* da programação, a sociedade se mobilizou, houve audiência pública na Assembleia Legislativa. Isso fez com que eles repensassem algumas coisas”.

Laurindo Leal Filho, professor da Escola de Comunicações e Artes da USP, explica que a TV Cultura viveu sua fase áurea no início da década de 1990, quando uma programação infantil “altamente criativa e arrojada” fez com que a emissora sustentasse um recorde de 12 pontos de audiência no Ibope. “Essa pontuação nunca havia sido obtida e jamais voltou a ser registrada”, conta Lalo, como é conhecido. Guto Camargo, presidente do Sindicato dos Jornalistas, destaca a dedicação e o interesse do corpo de funcionários como um fator essencial à produção de programas de alta qualidade, em contraposição ao descaso de sucessivos governos: “Foi resultado da insistência de pessoas que tinham interesse nisso, tanto da sociedade quanto os trabalhadores da FPA. Mas não era parte de plano nenhum, estava lá porque conseguiam fazer.

Daniel Garcia



João Sayad

Isso foi a tônica dos programas da Cultura: foram bons por insistência dos profissionais, nunca em decorrência de um plano do governo”.

Quanto ao próprio Sayad, vê na briga por audiência uma das principais metas e uma das maiores dificuldades da sua gestão: “É o desafio comum de todas as televisões. Hoje não se vê televisão como se via em 1980. Além da televisão, existe internet, TV a cabo etc”, sinaliza. O presidente da FPA sublinha que não irá buscar o aumento no número de telespectadores a qualquer preço: “Não faremos o mesmo que a Globo faz para atrair audiência, mas temos que nos preocupar com a audiência”. Sayad acredita que pode barganhar mais recursos do Estado caso consiga melhores resultados no Ibope — além de disputar o dinheiro da fatia publicitária, que tende a aumentar com os índices de audiência.

No entanto, no primeiro semestre de 2011 a audiência da TV Cultura caiu para 0,8 ponto, o equivalente a

“apenas” 47 mil domicílios, segundo informou o jornalista Jotabê Medeiros, de *O Estado de S. Paulo*. Uma forte queda, que se refletiu na receita publicitária: esta ficou 58% abaixo do previsto. “Isso é resultado da baixa de investimentos e cria um ciclo vicioso negativo: sem audiência não conseguem captar recursos para manter a emissora”, analisa Bia Barbosa.

A jornalista Bia Barbosa propõe a criação de um fundo de financiamento para a TV Cultura, com recursos provenientes da taxaço do uso do espectro pelas empresas comerciais e da venda de aparelhos de televisão

A entrada de peças publicitárias na programação da TV Cultura existe, segundo Sayad, desde 1991. Porém, se antes os anúncios apareciam como “apoio cultural” e eram encarados mais como filantropia empresarial do que como estratégia de *marketing*, a partir dos anos 2000 eles assumiram moldes semelhantes aos vistos na televisão comercial, o que fere a natureza da emissora. “O ritmo da propaganda dialoga com o consumidor através da emoção: ele não pode pensar no que vê, deve apenas comprar. Já a tevê pública deve relacionar-se com o cidadão por meio de uma conversa racional, que faz pensar”, compara Lalo.

Também na opinião de Eugênio Bucci a publicidade interfere ética e esteticamente na emissora pública, descaracterizando-a. “Se sua receita ordinária vem de anúncios, ela funciona como uma emissora comercial. Sua única distinção em relação às demais será sua natureza jurídica”. Bia acredita que a solução pode vir da criação de um fundo de financiamento composto por várias fontes de recursos: “O orçamento de uma TV pública não pode vir todo do governo e também não pode depender da publicidade. Uma saída seria pensar na taxação do uso do espectro pelas empresas comerciais e da venda de aparelhos de televisão”.

Em tese, Sayad defende posição semelhante: “É impossível querer autonomia e receber uma parcela de recursos do Estado que seja tão importante quanto é hoje. Precisamos de uma fonte de financiamento que nos dê liberdade”.

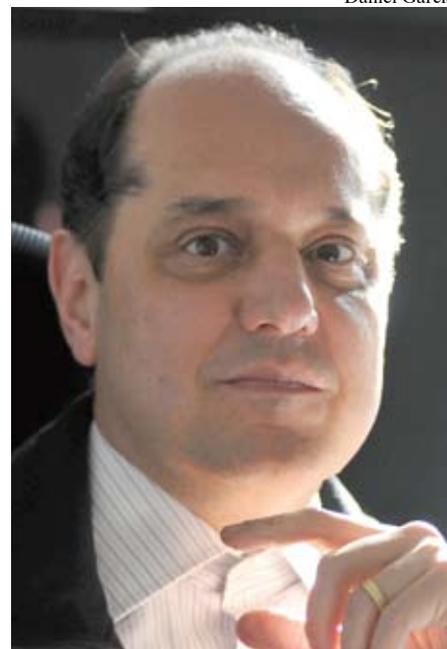
Mas, além das barreiras econômicas, o professor Lalo acredita que o grande problema da TV Cultura é institucional. “Existe uma hegemonia do PSDB que precisa ser rompida. O Conselho [Curador] tem uma dissidência muito pequena, que é representada às vezes pelo reitor de alguma universidade. É preciso imprimir uma renovação real nos conselheiros”, protesta. “A sociedade paulista, que mantém a FPA através dos impostos, não tem voz na gestão da emissora e fica ao sabor dos conflitos internos do partido que está no poder.”

José Maria Pereira Lopes, que trabalha na TV Cultura há 32 anos e é o atual representante dos funcionários no Conselho, conta que a pauta é dedicada basicamente a questões ad-

ministrativas: “O jornalismo a gente não discute no conselho. Discutem o jornalismo em um comitê de programação, somente com o presidente e a diretoria”. Ele se queixa da falta de participação dos 47 membros do conselho nos encontros mensais: “Têm decisões que são tomadas com pequenos quóruns: vinte, vinte e cinco conselheiros. O secretário estadual da Educação só apareceu uma vez, o secretário municipal raramente aparece, o representante dos estudantes (UNE) nem uma vez...”.

“A TV Cultura hoje só é superada no controle pelo malufismo. Não é uma TV pública, ela só simula ser. É TV estatal que vive um momento de retrocesso”, conclui o jornalista Rui Rebelo, representante dos funcionários com 25 anos de casa demitido por Sayad

O conselho sequer faz avaliações periódicas da programação. Assuntos polêmicos como a demissão de Gabriel Priolli da direção de jornalismo, poucos meses após a posse de Sayad, ou a polêmica entrevista do delator Cabo Anselmo no programa de entrevistas *Roda Viva* não foram sequer mencionados entre os conselheiros. “São decisões da diretoria executiva e do presidente. O



Eugênio Bucci

conselho não se mete nisso de jeito nenhum”, afirma Pereira Lopes.

Rui Rebelo, um dos editores do *Jornal da Cultura* em julho de 2010, época da demissão de Priolli, lembra o caso: “Ele decidiu fazer uma matéria sobre pedágio. Não era contra o governo do Estado, era uma matéria de interesse público discutindo o pedágio. O Fernando Vieira Mello [vice-presidente de conteúdo] mandou suspender a matéria e afastou o Gabriel. Com a repercussão ruim do episódio, no dia seguinte, ele veio mais miudinho: ‘Houve um mal entendido, não quero que não dê a matéria; só acho que está incompleta’. E mandou ouvir o governo do Estado. A matéria foi reeditada por gente de confiança deles e aí sim foi ao ar”.

Antigo funcionário da emissora, com 25 anos de casa, Rebelo fazia parte da comissão de funcionários que discutiu a reestruturação da TV no início da gestão de Sayad. E, assim como Marilu Cabañas, representante dos trabalhadores da Rádio Cultura



Ato no dia 3 de abril em defesa da TV Cultura e contra o desmonte da emissora reuniu funcionários, ex-funcionários, sindicalistas e ativistas da democratização da comunicação, além dos deputados Simão Pedro (PT), Carlos Giannazi (PSOL) e Leci Brandão (PCdoB). A parceria com a Folha de S. Paulo na produção de um programa jornalístico foi alvo de muitas críticas. Foram vários os depoimentos marcantes, entre os quais os das jornalistas Maria Amélia Rocha Lopes, ex-diretora do programa Manos e Minas, e Marilu Cabañas, ex-repórter da Rádio Cultura. Na foto maior, manifestação do professor Laurindo Leal (Lalo)

na mesma comissão, foi um dos primeiros a ser demitido na reestruturação. “Todas as pessoas que tinham liderança entre os trabalhadores foram mandadas embora. É clara a perseguição política”, comenta o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Guto Camargo.

Marilu, ganhadora de vários prêmios (Vladimir Herzog, APCA e outros) por suas reportagens de cunho social, conta que antes de ser afastada já havia sido informada pela diretora da rádio, Gioconda Bordon, de que Sayad não gostava do formato de reportagens em séries e documentários para o rádio, e que sua série “Vozes da Mata Atlântica”, sobre as dificuldades enfrentadas pelos moradores do Vale do Ribeira, seria a última deste tipo. Ela lembra ainda que as diretrizes editoriais sofriam alterações quando mudavam governos e diretores: “Quando José Roberto Walker assumiu a diretoria da rádio, no governo Alckmin, ele já chegou avisando: ‘Matéria com pobre é uma

grande bobagem””. Ao lembrar publicamente este episódio, durante ato em defesa da TV Cultura realizado no Sindicato dos Engenheiros em 3 de abril, a experiente repórter emocionou-se e não conteve o choro (vide quadro acima).

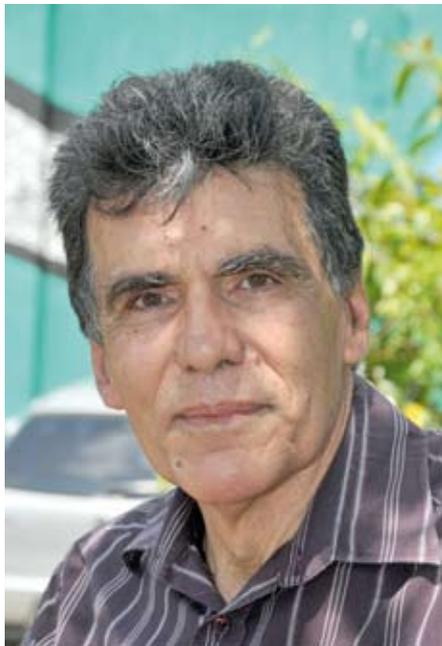
Rebelo se recorda de outro momento em que viu a TV servindo a interesses políticos. “Quando houve as inundações em São Luiz do Paraitinga, Sayad, que na época era secretário de Cultura, exigia que fizéssemos matérias todos os dias, com o objetivo de valorizar a pasta dele e a intervenção do governo estadual, em uma obra que seria marcante no governo Serra”. “A TV Cultura hoje só é superada no controle pelo maulufismo. Não é uma TV pública, ela só simula ser. É uma TV estatal que vive um momento de retrocesso”, conclui Rebelo.

Ipoldo, dos Radialistas, em declaração anterior à última onda de demissões, observou que houve alguma reposição de pessoal e regu-

larização de contratações: “Registraram mais de 150 PJs [pessoas jurídicas]. Mas a gente ainda está com problemas: demitiram vários assistentes de externa e quem estava trabalhando tinha que dobrar horário”. Porém, no ato de 3/4, ele denunciou que não haverá substituições para os cortes recentes.

Ele explica que a FPA lida com questões trabalhistas complicadas, que se arrastam há anos. Há um processo movido pelo Sindicato dos Radialistas para o pagamento à categoria de um reajuste de 12%, referente ao dissídio de 2003: “Está em fase final no TST [Tribunal Superior do Trabalho] e gira em torno de R\$ 80 milhões”. Há também os processos de trabalhadores que pediram e conquistaram reintegração à FPA com base na Constituição de 1988: “Meia dúzia de supervisores e outros trabalhadores já voltaram. Supervisores têm salários em torno de R\$ 5 mil; ficaram 10 anos fora e a TV Cultu-

Fotos: Daniel Garcia

**Bia Barbosa****Rui Rebelo**

ra vai ter que pagar esses 10 anos de salários, férias, décimo-terceiro, Fundo de Garantia... Os processos

estão em fase de cálculo. No TST de Brasília são cerca de 105, tanto coletivos quanto individuais, fora

os que ainda estão tramitando em primeira e segunda instância”.

O *imbroglio* rendeu uma investigação do Ministério Público Estadual, que concluiu que a FPA não iniciou procedimentos para concurso público até agora. A decisão mais recente é de que deve haver concurso para as funções administrativas, ficando as funções regulamentadas, de jornalistas e radialistas, isentas dessa necessidade. “A FPA entrou com um embargo para estender a isenção de concurso também aos administrativos e o MPE recorreu pedindo para estender o concurso para todo mundo. Isso gera apreensão, porque em outras empresas, como a CDHU, houve demissões sumárias para então abrirem concursos”, conclui Ipoldo.

RODA VIVA COM CABO ANSELMO FOI “DESSERVIÇO À DEMOCRACIA”

O tradicional programa de entrevistas *Roda Viva* escolheu para sua reestreia ao vivo, no dia 17 de outubro de 2011, uma figura controversa: Cabo Anselmo, agente da Ditadura Militar infiltrado nos grupos de esquerda, que entregou diversos companheiros às forças da repressão — inclusive sua namorada Soledad Barret Viedma, que, grávida de um filho dele, foi trucidada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e seus comandados (em 1973, em Pernambuco).

Sob o comando de Mario Sérgio Conti, a bancada de entrevistadores contava com os jornalistas

Fernando de Barros e Silva, Mônica Bergamo, Fausto Macedo e Hugo Studart; o desembargador José Renato Nalini; e um convidado do entrevistado: Jorge Serrão, autor do livro *O Homem que não existe – o Cabo Anselmo abre seus Arquivos*. Ninguém ligado às vítimas da tortura, nenhum familiar de mortos e desaparecidos políticos, nenhum ex-presos político.

“Uma irresponsabilidade da TV Cultura: não garantiram a informação que é dever da TV pública”, comenta Maria Amélia Teles, militante presa e torturada com seu companheiro e seus filhos. “Fiquei

abismada de ainda ver o programa se vangloriando de estar recomeçando, num novo formato. Achei um desserviço à democracia. É uma questão que o Estado brasileiro não enfrenta de forma alguma e a TV Cultura corroborou isso”, completa.

A assessoria de imprensa da TV Cultura não conseguiu viabilizar contato da *Revista Adusp* com o âncora Mario Sérgio Conti para que ele comentasse o caso. Apenas informou a posição oficial da emissora, que defende a pertinência da entrevista “no momento em que se discute a criação da Comissão da Verdade”.